

É a hora de definir as prioridades da educação

Antônio Jesus Cosenza*

O aumento dos dias letivos, de 180 para 200 ao ano, era uma necessidade indiscutível. Não se pode querer que as crianças aprendam tanto em tão pouco tempo de estudo e com tanto tempo de férias escolares. Esse regime de ociosidade incentiva a marginalidade, pois não podemos nos enganar a respeito da grande massa da população do País. Ele foi montado pressupondo uma classe média abastada que pode levar as crianças para acampamentos comunitários, colônias de férias, etc.



Essa não é, entretanto, a nossa realidade. Se somos carentes até de alimentação, como alimentarmos a esperança de férias escolares alegres e proveitosas? Esse grande tempo de ociosidade leva as nossas crianças à triste consciência de que não têm com o quê e com quem brincar. Torna-as agressivas porque não encontram uma canalização saudável para a sua energia e transforma-as em delinquentes potenciais ou reais.

Mas o simples aumento dos dias letivos não vai resolver toda a carência educacional do nosso país. O atual regime de meio-período também foi estruturado sobre a mesma falsa premissa de classe média abastada que propicia à criança, após o término de cada dia escolar, um ambiente calmo e adequado para que ela possa repassar o que foi ensinado no dia e fazer os exercícios de retenção, necessários ao bom aprendizado. Tudo isso, com a assistência da mãe, qualificada para acompanhar os estudos dos filhos e disponível para tal trabalho. Essa não é a nossa realidade. Além de a criança não possuir o ambiente adequado para esse estudo, em seu barraco, conjunto habitacional ou cortiço, raras vezes possui mãe alfabetizada para auxiliá-la e nunca disponível para isso, pois trabalha fora para ajudar na sobrevivência da família.

Some-se a isso o fato de que os pais, sentindo a sua obrigação cumprida — fazer os filhos irem à escola — querem que eles, para não ficar ociosos, passem a fazer pequenos biscates para auxiliar a “renda familiar” — vendedores de balas, vendedores de salgados, engraxates, pedintes.

Ficam, assim, as crianças impossibilitadas de um ensino adequado que lhes permita uma melhor posição no mercado de trabalho, no futuro. Estamos educando futuros marginais e não futuros cidadãos.

Como esperar que o País se desenvolva e se modernize? A escola pública precisa ser em período integral para poder desenvolver todo o potencial do ser humano. Ela precisa proporcionar alimentação adequada, educação física e não “peladas” para cumprir o horário, ensino e tempo de estudo para retenção.

Aí enfrentamos um outro problema: professores despreparados e mal remunerados. Há professores que beiram o analfabetismo. É preciso que se faça um exame de aptidão e de conhecimento para selecionarmos adequadamente aqueles que estão preparados para exercer a profissão. Em seguida, é necessário que se dêem a eles condições dignas de subsistência. A remuneração educacional, hoje, no Brasil, é fruto do descaso com que os governos tratam a educação no País. Com o atual nível de remuneração, não se pode exigir dedicação. E os professores deveriam ter dedicação plena e exclusiva, como nas outras profissões.

Tudo isso custa dinheiro. E muito, mas é preciso definir prioridades.

O investimento que o Japão realizou em educação já dá o seu retorno. Em 45 anos apenas.

É hora de começarmos também, ainda que atrasados, a investir. Afinal, ou somos responsáveis ou hipócritas.

É uma questão de educação. Novamente.

* Doutor em Economia e Administração pela Universidade de Paris e professor da FGV.